

# PLANEJAMENTO URBANO EM TERESINA (PI): ABORDAGENS DA ÁREA CENTRAL NOS PLANOS

*Urban planning in Teresina (PI): approaches the central area plans*

**Silvana de Sousa Silva\***  
**Antonio Cardoso Façanha\*\***

**\*Instituto Federal do Pará - IFPA / Município de Marabá**  
silvana.silva@ifpa.edu.br / syllsousa@hotmail.com

**\*\*Universidade Federal do Piauí - UFPI / Município de Teresina**  
facanha@ufpi.edu.br

## RESUMO

A análise da dinâmica do espaço urbano permite a identificação dos aspectos, elementares para a averiguação do significado dos processos orientados para ações em recortes como a área central. Nessa perspectiva, o planejamento urbano recebe destaque, demandando abordagens em escala nacional, mas também investigações locais, como subsídio para o entendimento de similitudes e diferenciações. Diante das características assumidas pelo planejamento e a trajetória deste na cidade de Teresina (PI), objetivou-se com o presente artigo, caracterizar as abordagens da (re)produção espacial da área central de Teresina, a partir da verificação do papel assumido nos Planos elaborados para a cidade. Para tanto, os procedimentos metodológicos foram compostos pela revisão de referencial teórico, utilizando autores como Lacerda et al. (2005); Souza (2006); Villaça (1999); Souza e Rodrigues (2004); Chaves (1998), bem como pela análise do processo de constituição dos Planos. Conclui-se, portanto, que as discussões sobre a área central de Teresina assumiram relevo em todos os Planos analisados, especialmente associadas a concentração de atividades e fluxos, demonstrado o papel que esse recorte guarda, no contexto da produção do espaço urbano da cidade.

**Palavras-chave:** Planejamento. Planos. Área central. Teresina (PI).

## ABSTRACT

The analysis of the dynamics of urban space allows identification of aspects, elementary to investigate the significance of process-oriented actions in cuts as the central area. In this perspective, urban planning gets highlighted, demanding approaches on a national scale, but also local investigations as a subsidy for understanding similarities and differences. Given the characteristics assumed for planning and trajectory of this in the city of Teresina (PI), the objective with this article, approaches to characterize the (re) production of space central area of Teresina, from the observation of the role assumed in plans prepared for the city. For both, the methodological procedures were composed by reviewing theoretical framework, using authors as Lacerda et al. (2005); Souza (2006); Villaça (1999); Rodrigues and Souza (2004); Chaves (1998), as well as the analysis of the formation process of the plans. We conclude therefore that the discussions on the central area of Teresina took relief in all plans analyzed, especially the concentration of associated activities and flows, demonstrated the role that keeps cropping, in the context of the production of urban space in the city.

**Keywords:** Planning. Plans. Central area. Teresina (PI).

## 1 INTRODUÇÃO

A análise do espaço urbano permite a identificação dos aspectos elementares para a abordagem do significado dos processos, que constituem subsídios para o entendimento da dinâmica dos diferentes recortes, constituídos a partir da ação de agentes sociais. Nesse contexto,

frequentemente estão envolvidos objetivos, cujas contradições das discussões podem resultar em desigualdades na efetivação das ações para intervenções.

Nessa discussão, assume relevo o papel do planejamento urbano, atividade voltada para a efetivação de análises que partem de situações inerciais, indicando possibilidades de alterações nos quadros vivenciados, no momento considerado. As ações frequentemente são sintetizadas em Planos que apresentam considerações sobre o trabalho de debates propostos e/ou efetivados, durante a construção das diretrizes para planejamento.

A abordagem do planejamento urbano em Teresina(PI), com ênfase para os debates que integram os Planos, aponta um conjunto de iniciativas orientadas para a elaboração de documentos que versam sobre perspectivas para a promoção de intervenções, frequentemente relacionadas aos desdobramentos da expansão do espaço urbano. Nesse levantamento são encontrados Planos cuja implementação não se configurou, ou apenas parcialmente, e ainda aqueles com elaboração não concluída.

Partindo das particularidades da área central de Teresina que corresponde ao núcleo inicial de constituição da cidade, verifica-se que as intervenções urbanas associadas aos Planos apresentam proposições e projetos para esse recorte, especialmente relacionados aos significados assumidos para a cidade e seus agentes, destacando-se a relevância histórica e comercial.

Do exposto, objetivou-se com o presente artigo caracterizar as abordagens da (re) produção espacial da área central de Teresina, a partir da verificação do papel assumido nos Planos Urbanos elaborados para a cidade. Para tanto, os procedimentos metodológicos foram compostos pela revisão de referencial teórico, utilizando autores como Lacerda et al. (2005); Souza (2006); Villaça (1999); Souza e Rodrigues (2004); Chaves (1998), e a análise dos cinco Planos Urbanos Elaborados para Teresina.

## **2 PLANEJAMENTO E PLANOS URBANOS: CONCEITUAÇÕES E CARACTERÍSTICAS**

As intervenções empreendidas no urbano envolvem um conjunto de ações que refletem a busca pelo atendimento de objetivos, frequentemente representativos das metas de agentes específicos, em detrimento da maior parcela da população que reivindica por medidas diversas.

Nesse processo, são pensados instrumentos para auxiliar a reflexão sobre as demandas, e a gestão dos desdobramentos das ações efetivadas. Destacam-se, dessa forma, os debates que envolvem o planejamento e os Planos Urbanos. O emprego do termo planejamento urbano, de acordo com Souza (2006), enuncia uma ação que dispõe sobre o futuro, para tanto, tenta prever as características evolutivas de um dado fenômeno ou um conjunto destes, visando conhecer os possíveis desdobramentos de um processo, para identificar os problemas ou ainda aproveitar os benefícios resultantes dessas ações.

Complementando as afirmações, Lacerda et al. (2005) realizam análises sobre o desenvolvimento do planejamento enfatizando o significado dos Planos, dessa forma, defendem que estes devem possuir interface com os outros instrumentos, orientados para o planejamento no âmbito da administração municipal, ademais, as proposições devem ressaltar os limites e possibilidades para intervenções. Informações reiteradas por Souza (2006), ao afirmar que os Planos não precisam ser rígidos e excessivamente detalhados, ou formalistas, ou obcecados por projeções e prognósticos a respeito da “cidade ideal”, mas devem objetivar o fornecimento de instrumentos adequados e realistas para a superação da cidade real.

Nas ações para planejamento pode-se verificar que o atendimento das metas estabelecidas para um determinado período está frequentemente reunido em instrumentos, como o Plano Diretor. Nesse cenário, torna-se relevante o desenvolvimento de observações que englobam os processos e contradições, contidos na construção desses Planos.

### 3 PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL: PAPEL DOS PLANOS DIRETORES

No âmbito das discussões e demandas impostas ao processo de planejamento urbano, destaca-se a elaboração dos Planos Diretores. A origem desse instrumento é apresentada por Mont-Mor (2007), como remontando aos Estados Unidos no século XX, a partir da configuração dos problemas provocados pela urbanização acelerada, atuando ainda sobre os serviços com características de coletividade como o transporte público.

Percebe-se que as orientações iniciais indicavam que o plano deveria estar orientado para atuar sobre características compreendidas como problemas. Nesse âmbito, Souza e Rodrigues (2004) destacam que mesmo estando orientado para a atuação nos espaços das cidades, o Plano Diretor ainda representa um instrumento cuja aplicabilidade é pouco realizada em muitos municípios. Os autores ressaltam que o primeiro plano diretor do Brasil foi representado pelo Plano Agache, elaborado em 1930 para a cidade do Rio de Janeiro, com determinações que versavam sobre a expansão urbana e o uso do solo.

Nas ações para o planejamento urbano no Brasil pode-se verificar que uma reunião de propostas foi organizada ao longo dos anos, objetivando o atendimento das metas estabelecidas para um determinado período, segundo as características que se configuram. Nesse cenário, torna-se relevante o desenvolvimento de observações que englobam os processos contidos na constituição dos Planos diretores.

Na busca pela definição conceitual do Plano Diretor, observa-se que esses Planos partiriam de

[...] um diagnóstico científico das realidades física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e a futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município; propostas essas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal [...]. Uma outra versão reduziria o plano diretor aos aspectos físico-territoriais do município [...] (VILLAÇA, 2012, p. 186).

Embora contendo amplas orientações, Villaça (2005) especifica alguns dilemas do Plano Diretor, ressaltando que eles estão destinados a ações no universo municipal, mas frequentemente incluem dimensões sociais e econômicas, que estariam relacionados a um plano que envolveria médio e longo prazo e, por conseguinte, integraria atribuições de um plano com organização diferenciada, representado, por exemplo, pelo Plano de Governo.

Construindo uma abordagem crítica da trajetória dos planos diretores no Brasil, Maricato (2012) observa que no âmbito da Constituinte de 1988, o Plano Diretor foi rejeitado pelas entidades que assinaram a Emenda Popular pela Reforma Urbana, na medida em que esses Planos no Brasil possuíam trajetória marcada pela aprovação dos projetos, propostos pelas elites e expulsão dos pobres de áreas valorizadas. Porém, o Plano Diretor permaneceu, entre as orientações do E. C. revelando, dessa forma, as desigualdades no atendimento às pautas de reivindicação popular.

Ademais, Villaça (2005) indica que, desde a implantação da ideia de plano diretor no país, ainda não foi possível identificar uma cidade ou administração municipal que tenha sido minimamente pautada pelo plano cuja abrangência, metas e objetivos ultrapassassem as proposições que integram o Zoneamento.

Partindo das colocações, ressalta-se que um número diversificado de atribuições é imposto como integrante de um Plano Diretor, que contém deliberações sobre a (re)produção espacial. Porém, essa dinamicidade pode não ser contemplada efetivamente, diante da complexidade que envolve as relações que estão inseridas no universo da produção dos Planos, execução de projetos e gestão das

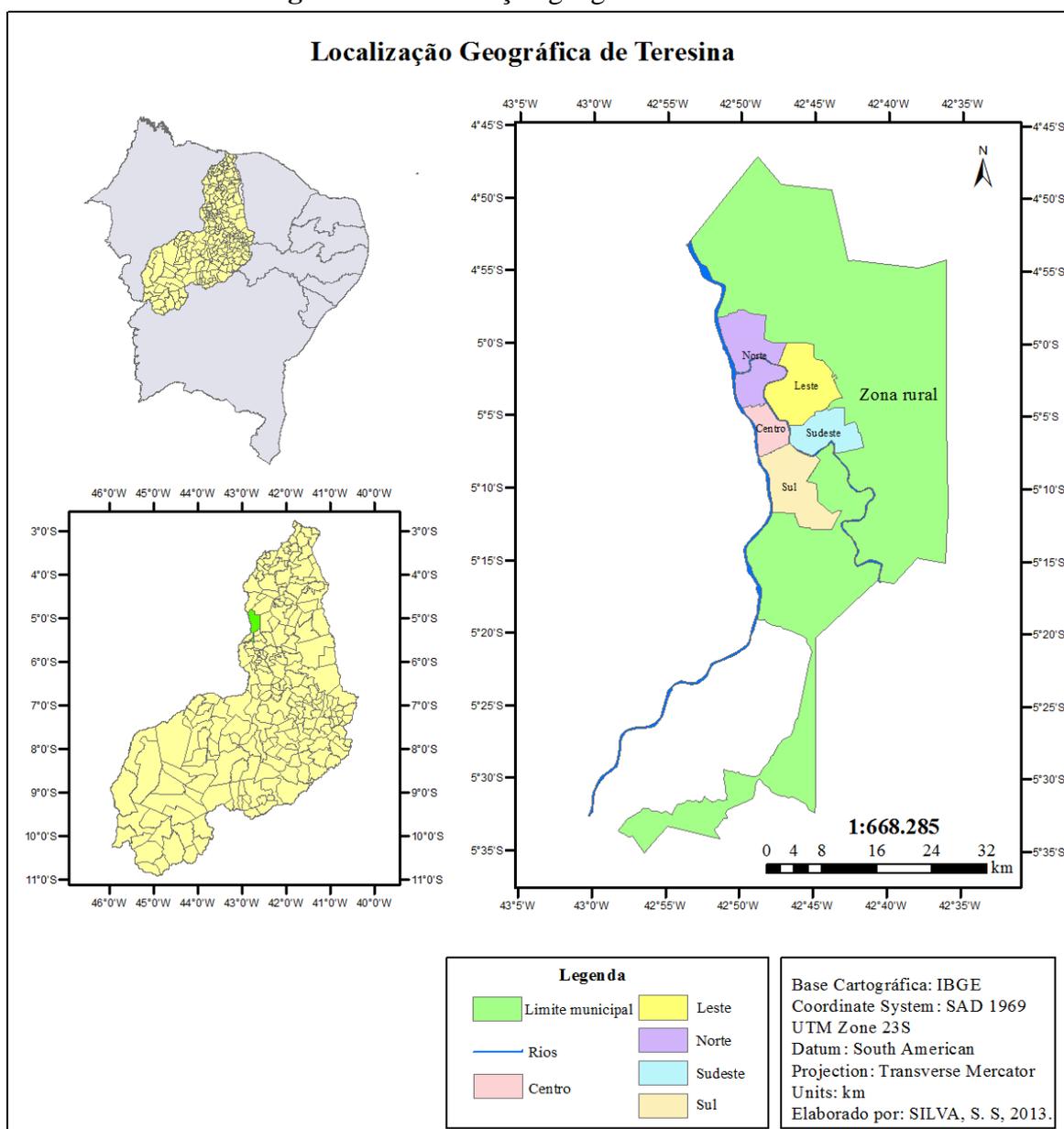
ações, sobressaindo-se assim as abordagens em escala local para reconhecimento das particularidades que se efetivaram.

#### 4 DINÂMICA ESPACIAL DE TERESINA E ÁREA CENTRAL: TRAJETÓRIAS NOS PLANOS URBANOS

O pensamento sobre o planejamento e os Planos Urbanos em Teresina, abrange as observações da área central, como pressuposto para o entendimento do seu significado em outros períodos, assim como os cenários na atualidade.

Contemplando as características sócio-espaciais em Teresina, verifica-se que o município possui uma área de 1.392 km<sup>2</sup>, estando localizado na microrregião com o mesmo nome, no Centro Norte Piauiense. Com uma população de 814.230 hab., a cidade está organizada em 121 bairros, predominando famílias com três residentes no domicílio e PIB de 6.963.142 no setor de serviços; 1.942.925 nas indústrias e 58.122 na agropecuária (IBGE, 2010) (Figura 1).

**Figura 1** – Localização geográfica de Teresina



Fonte: Organizado pelos autores, 2013.

A abordagem de Teresina na dinâmica das relações sócio-espaciais, assinala para a predominância do papel das atividades administrativas, comerciais e os serviços. O conjunto de atividades desenvolvidas em Teresina exerce influência sobre outros municípios, especialmente piauienses e maranhenses que verificam deficiências na oferta das atividades supracitadas.

Nesse conjunto do espaço urbano de Teresina, adota-se como recorte a área central compreendida por Villaça (2001) como uma área associada a uma aglomeração, na qual podem ser encontradas relações sociais convergindo para a existência de atividades, organizadas em torno da produção e do consumo.

Complementando as observações, Tourinho (2006) destaca que se trata de um espaço qualificado, especialmente se considerado os aspectos simbólicos e formais que atuam, possibilitando a continuidade temporal e permanências nos usos coletivos, permitindo a construção de imagens que o identifica com a cidade.

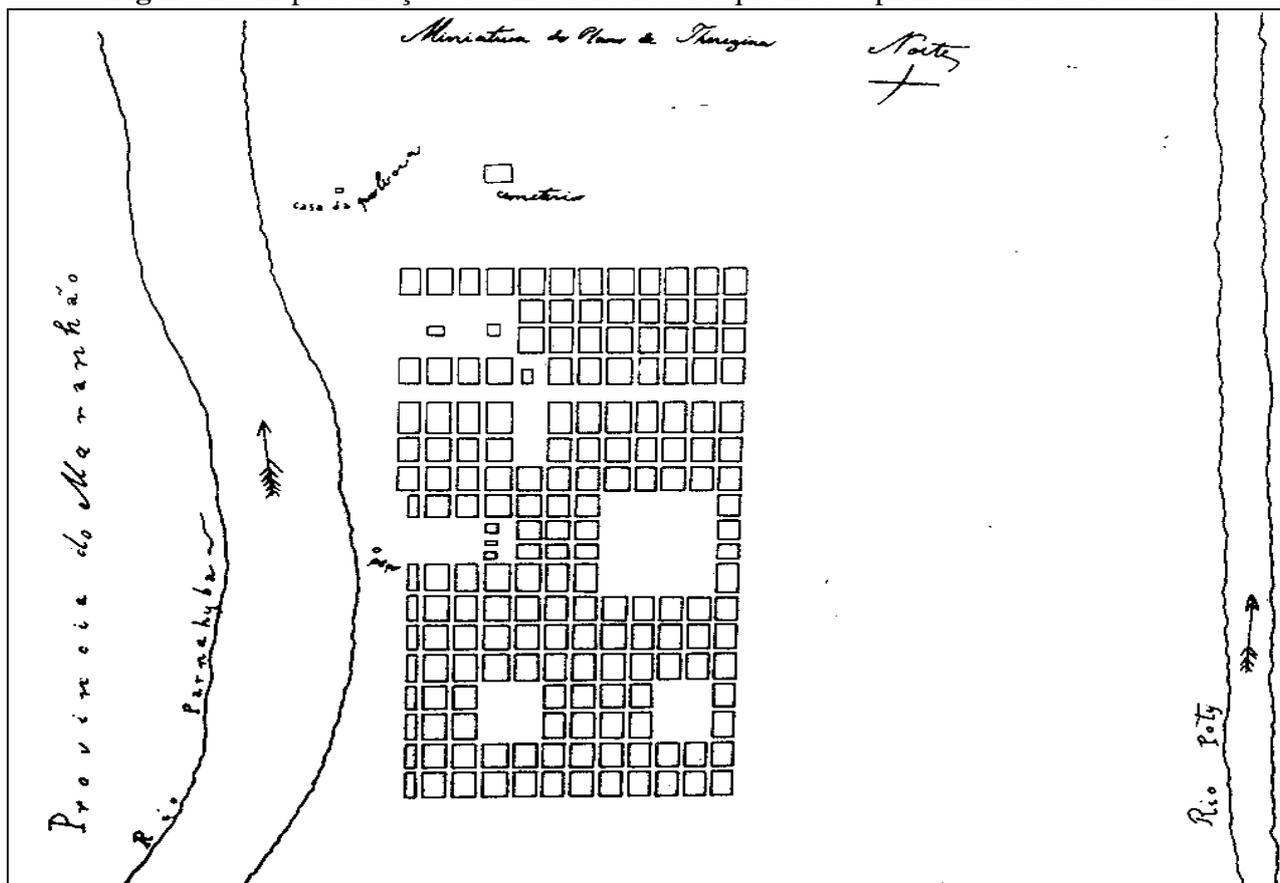
A autora destaca ainda a coexistência de perfis, ao ressaltar que o Centro como metonímia da cidade contém “[...] as identidades das lutas, fracassadas ou vitoriosas, assim como dos esforços, legítimos ou ilegítimos, realizados por vários “modelos de sociedade” que já viveram, ou ainda vivem, na cidade atual [...]” (TOURINHO, 2006, p. 280).

O desenvolvimento de análises sobre a área central da cidade, exige o reconhecimento dos elementos que concorreram para a efetivação da transferência da capital no ano de 1852. Nessa perspectiva, Chaves (1998) enumera um agrupamento de objetivos que comportava a concorrência com o comércio realizado em Caxias (MA), a possibilidade de desenvolvimento de uma navegação intensa, favorecida pela proximidade com o município de Parnaíba (PI), além das relações políticas e comerciais que encontravam maior facilidade com a Corte Portuguesa, fato proporcionado pela localização estratégica exercida pelo local escolhido, especialmente quando comparado com Oeiras (PI), a primeira capital do estado.

Conforme Castelo Branco (2002), a província do Piauí vivenciava o processo de estagnação econômica, fato que exigia a comunicação com outras áreas, objetivando o desenvolvimento de transporte, trocas comerciais e econômicas. Referindo-se às mudanças, Lima (2002) afirma que os problemas, como as constantes enchentes e a insalubridade, levaram a transferência do local inicialmente escolhido, que correspondia à Vila do Poti, que estava na confluência dos rios Parnaíba e Poti. O novo local estava à margem direita do Rio Parnaíba, à montante da barra do Poti, na Chapada do Corisco (Figura 2).

O modelo de plano adotado estava estruturado em tabuleiro de xadrez, compreendido como facilitador do desempenho das funções elementares da cidade. Lima (2002) destaca que o plano possuía 100 quarteirões para abrigar as atividades fundamentais da cidade, estando fora desse limite apenas o cemitério, a cadeia e um poço, como pode ser observado na figura 2 que apresenta o recorte do plano inicial.

O papel assumido pela área central para cidade desde a sua instalação com a concentração das principais formas e funções que constituíam Teresina, pode ser identificado, entre outras possibilidades, a partir do resgate dos objetivos que integraram os Planos elaborados para Teresina, juntamente com a abordagem desse recorte sob a ótica dos processos destacados em cada período.

**Figura 2** – Representação da Vila do Poti e das quadras do plano inicial de Teresina

Fonte: Adaptado de Chaves (1998).

## 5 PROPOSIÇÕES PARA A ÁREA CENTRAL NOS PLANOS URBANOS DE TERESINA

Na proposta de apresentação das características dos Planos destaca-se a década de 1960, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), realizado pela empresa COPLAN Consultoria e Planejamento, a partir do financiamento pelo Ministério do Interior (MI), Banco Nacional de Habitação (BNH) e pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) (TERESINA, 1969).

O plano foi estruturado em seções, propiciando a identificação do diagnóstico de características da cidade, mediada pela apresentação de dados e estratégias propostas como iniciativas que possibilitariam a promoção do desenvolvimento da cidade. Ademais, foi realizada uma síntese dos programas que estavam sendo efetivados, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) e de outros órgãos, estes foram divididos entre prioritários e especiais. O documento estava integrado também pelos apêndices que apresentavam a descrição da metodologia adotada e a bibliografia (TERESINA, 1969).

Considerando a organização do PDLI em seções, verifica-se o desenvolvimento de um diagnóstico das características de Teresina, associadas as estratégias que deveriam ser efetivadas para evitar a concretização dos cenários indesejáveis. Corroborando dessa forma, com as indicações de Souza (2006) ao descrever as metas que direcionam os objetivos do planejamento urbano e seus instrumentos, os Planos.

Nesse horizonte, o PDLI considerou o número de estabelecimentos existentes, especialmente na área central para destacar Teresina como o centro mais importante do setor terciário no Piauí, englobando atividades no âmbito comercial e de serviços.

O enfoque de Teresina numa perspectiva de influência para o Piauí e a região, demonstra que a cidade possuía importância como centro comercial e de prestação de serviços, com uma indústria e agricultura que não acompanhavam o processo de evolução urbana. Nesse momento, Teresina atraía grande convergência de população em busca de empregos, serviços bancários, médicos, hospitalares e outros (TERESINA, 1969).

A cidade se caracterizava como centro consumidor com um setor atacadista pouco desenvolvido, por conseguinte com pequeno volume de reexportações, e expressiva comercialização de bens de consumo. Ademais, constatava-se que Teresina não aproveitava sua condição administrativa para se transformar em um núcleo de desenvolvimento para a região, apresentando pouco relacionamento inter-regional com os outros municípios do estado. O Zoneamento elaborado revelava a predominância do setor residencial, das áreas verdes públicas; das áreas livres; o setor comercial grossista e portuário e o setor comercial varejista. Quando observadas as definições da área central pelo Zoneamento, verifica-se a configuração de um cenário com predomínio das atividades varejistas, que coexistiam com as residências, formando uma zona de expansão indicando um crescimento que ultrapassava as 100 quadras construídas inicialmente (TERESINA, 1969).

A consideração das funções predominantes demonstra que elas não eram suficientes para a transformação da cidade em polo de desenvolvimento, pois estavam direcionadas essencialmente para o atendimento do próprio crescimento urbano. Partindo desse cenário inercial, as diretrizes do PDLI estavam voltadas para a transformação de Teresina em um polo de desenvolvimento no âmbito da região, contribuindo para o crescimento da oferta de emprego e a criação de infraestruturas voltadas para o atendimento da população.

O conjunto dos Planos para a cidade foi englobado também pelo I Plano Estrutural de Teresina (I PET) em 1977, resultante do convênio entre a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Instituto de Planejamento e Administração Municipal (IPAM), estava organizado em três volumes. Em sua introdução, o referido plano exprimia justificativas de diferenciações do PDLI, além das orientações para o sítio urbano, vislumbrando a promoção de ações que compreendiam o recorte temporal até 1985.

O I PET mostrou diferenciações, quando considerado o PDLI, especialmente correlacionadas à ausência de recursos que impossibilitavam a organização de um plano abrangente capaz de contemplar as particularidades dos diferentes recortes que compunham Teresina. O Plano visava entre outros, constituir-se em guia para o crescimento urbano da cidade, a partir de diretrizes que versavam sobre as demandas existentes (TERESINA, 1977).

Na leitura do primeiro volume, verificou-se que foi desenvolvida uma análise do PDLI, juntamente com a avaliação dos aspectos físicos, sociais e econômicos, além de observações das diretrizes relacionadas a estrutura físico-espacial. O segundo volume ilustrou o diagnóstico dos problemas verificados na cidade, como ferramenta para desenvolvimento do plano de ação que subsidiaria um Projeto de Lei, de uso e ocupação do solo. O terceiro volume foi constituído pelos mapas, representativos dos projetos previstos para implementação na cidade (TERESINA, 1977).

Observa-se que o I PET foi desenvolvido em um contexto formado pela redução de recursos voltados para as atividades de elaboração dos Planos. No entanto, destaca-se o diferencial da adoção de mapas como ferramentas que possibilitaram a espacialização da cidade existente nesse momento, instrumento ausente no PDLI. Características que corroboram as observações de Souza (2006) ao ressaltar a importância da presença de instrumentos capazes de possibilitar o reconhecimento da cidade real e a superação dos problemas existentes nesta.

Diante das modificações requeridas pela dinâmica espacial que se configurava na cidade, foi elencado ainda o papel assumido pelas características comerciais, especialmente quando comparada com outras cidades nordestinas. Nesse sentido, identificou-se a predominância do comércio varejista em detrimento do atacadista, fato apontado como motivador do atraso econômico e social vivenciado na cidade. Nessa perspectiva a área central ganha relevo como um recorte que deveria receber

intervenções na medida em que concentrava a maior parcela dos serviços e do comércio (TERESINA, 1977).

Diante da relevância assumida pela área central foram construídos cenários que apontavam que esta continuaria “[...] sofrendo o processo de expansão através da substituição dos usos residencial pelo uso comercial e de serviços nas suas áreas periféricas. [...]” (TERESINA, 1977, p.176). Ademais, foram apresentadas proposições para o Mercado Central que deveria sofrer modificações nos usos, impedindo a concentração de veículos motorizados estacionados no entorno.

O I PET considerava a área central como ainda exercendo papel relevante para as atividades efetivadas, principalmente quando analisadas a permanência da concentração de práticas que embasavam os fundamentos da economia que se desenhava na cidade. Porém, é possível identificar a configuração de mudanças, especialmente orientadas pela expansão urbana desordenada, no recorte.

Complementando a trajetória dos Planos urbanos em Teresina, verifica-se que o Plano de Desenvolvimento Urbano de Teresina (PDDU) foi confeccionado pelo Instituto Nacional de Administração para o Desenvolvimento (INAD) e a Fundação Joaquim Nabuco, em 1983. Embora sendo integrado por quatro relatórios, o plano não foi concluído fato que impossibilitava a implementação das ações previstas.

A análise da organização do plano revela que o primeiro volume foi composto por sínteses de características das dimensões socioeconômica, espacial e institucional da cidade, além das alternativas para a construção de um cenário de desenvolvimento, para tanto, foi defendida uma cidade polinucleada com a adoção da estrutura viária radial, que possibilitaria uma descentralização concentrada. Nessa perspectiva, foi proposta uma malha hierarquizada, a partir da estruturação de dois eixos centrais, constituídos pelo bairro Centro e por um centro comercial que deveria ser instalado na zona Sul. O outro modelo de malha se assemelhava a espinha de peixe, contando com um eixo principal e vários eixos secundários de comércio (TERESINA, 1983).

O segundo volume intitulado “Políticas e estratégias: programas de ação imediata”, apresentava explicações detalhadas das proposições do primeiro relatório. Já o terceiro volume denominado “Elementos para a legislação do uso do solo e aspectos complementares das políticas”, abordava as questões correlatas ao uso e ocupação do solo urbano (TERESINA, 1983).

O PDDU apresentou, portanto, orientações que denotavam o padrão da expansão urbana vivenciada por Teresina, destacando-se a zona Sul e o sistema viário como impulsionadores dos processos de reorganização espacial da cidade, relacionando as características comerciais que permaneciam como as principais atividades econômicas desenvolvidas.

As proposições do PDDU para a área central, consideravam as propostas para o setor terciário que concentrava oferta de empregos e a organização de políticas voltadas para o setor informal, na medida em que as atividades adquiriam expressividade. O plano se destacou também pela abordagem de proposições para a cidade de Timon (MA) e suas relações com Teresina, além do estabelecimento de orientações para o ordenamento e para carga e descarga nas áreas comerciais, mediadas pela disponibilização de vagas para essas ações (TERESINA, 1983).

Em 1988, tem-se a elaboração do II Plano Estrutural de Teresina (II PET), com o objetivo de estabelecer metas para a condução dos processos de transformação urbana. Para tanto, foram considerados os aspectos físicos, sociais, políticos, ambientais e administrativos. O plano reuniu leis que dispunham sobre temas diversificados do espaço urbano, dentre eles a definição do perímetro da Zona Urbana, a delimitação dos bairros, as diretrizes para uso e ocupação do solo, o parcelamento do solo urbano de Teresina, a criação de zonas de preservação ambiental, além do tombamento e a preservação do patrimônio construído (TERESINA, 1988).

O II PET incentivou o controle do crescimento vertical na área central, associado a medidas para a implantação de paisagismo e equipamentos para apoio aos usuários, como iniciativa que vislumbrava a humanização dos polos de comércio e serviços. Nesse Plano, foi possível verificar ainda ações para a promoção de descentralização, representada pela instalação de serviços em bairros distantes da área central, como subsídio para evitar os congestionamentos. O plano abordava também

através de suas Leis, o tombamento dos elementos culturais e históricos da cidade, com ênfase para a área central (TERESINA, 1988).

Do exposto, depreende-se que a área central exprimiou papel de relevo nas discussões para constituição dos Planos da cidade, ligadas às características do patrimônio construído a predominância dos elementos advindos do período de instalação da cidade, como descreve Lima (2002), ao relatar as primeiras construções que compunham Teresina, e concentração de serviços, que requeriam orientação para intervenções. Na análise dos processos, Melo (2002, p.36) destaca que “[...] o centro foi expandindo-se e caracterizando-se cada vez mais por uma tendência comercial, tendo sido, posteriormente, proibido, durante vários anos, o uso habitacional em novas edificações projetadas”. Esses contextos reforçaram a predominância das atividades de comércio e serviços na área central da cidade, refletindo as orientações presentes nos Planos.

Em 2001, Teresina verificou o início das atividades para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cidade, que passaria a ser definido como Plano Diretor no ano de 2006, visando cumprir as exigências estabelecidas pelo Estatuto das Cidades. A consideração da composição da Agenda 2015, Lei nº 3.558/2006, demonstra que esta assume a proposição de realização das exigências impostas pela Agenda 21 que representa um Plano Estratégico.

A construção da Agenda 2015 envolveu metas agrupadas em seis dimensões: ambiental, social, econômica, política, cultural e urbanística. Estas representaram as bases para a escolha dos 17 temas destacados como relevantes para o “desenvolvimento da cidade”. Essas atividades oportunizaram a preparação de diagnóstico composto pelas características verificadas em Teresina, corroborando com a descrição de cenários que partiram da situação presente, para vislumbrar desdobramentos futuros (TERESINA, 2002).

A partir das observações que integraram os processos na Agenda 2015, sobressaem-se as discussões das ações para intervenções na área central de Teresina. Logo, ao se considerar o recorte, verifica-se que na apreensão do cenário inercial foi apontado o esvaziamento econômico assinalando uma desvalorização do comércio, e a concorrência com o crescimento das atividades do comércio informal, além da configuração de problemas infraestruturais.

A relevância assumida pela área central para a cidade pode ser observada também nos debates ao longo da confecção da Agenda 2015, sobressaindo-se a composição do Fórum Sobre o Centro da Cidade de Teresina em 1989, que permitiu as discussões das questões relativas à infraestrutura. Destaca-se ainda o Fórum de Revitalização do Centro de Teresina, liderado pela Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) em 1997 para reivindicar o início das ações de revitalização. Já em 2000, foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN) o Plano de Ações para o Centro, cuja ênfase foi representada pela necessidade de alternativas para a presença de vendedores ambulantes nas ruas.

Soma-se a essas iniciativas o grupo para Revitalização do Centro, que compunha os Grupos de Trabalho da Agenda 2015. Campos (2011) observa que embora englobando temas divergentes como a remoção dos vendedores ambulantes, o referido grupo envolveu interesses distintos com apoio do SEBRAE e da CDL. Nessa ocasião, o Sindicato dos Ambulantes também apoiou a transferência, levantando questionamento sobre as parcerias com as outras instituições, representativas dos interesses dos lojistas. Além disso, foi possível observar na Agenda 2015 a ausência de interface com os demais instrumentos que compõem o planejamento em Teresina como defendido por Lacerda et al. (2005) e ainda a ausência de efetivação de ações que visassem, por exemplo, a retomada da moradia como planejamento a longo prazo como defende Villaça (2012).

Percebe-se que, embora a área central possa ter verificado reduções em determinadas atividades como a residencial e ainda expondo reorganizações, as indicações da autora propiciam a identificação da existência de uma dinâmica resultante entre outros aspectos, das ações diferenciadas de desenvolvimento das atividades, surgindo contradições entre metas que visam promover determinados usos em detrimento dos demais, influenciando, dessa forma, as premissas que integram os Planos.

## 6 CONCLUSÕES

No conjunto das discussões que envolvem a (re)produção do espaço urbano, destacam-se as orientações para as atividades que englobarão o planejamento urbano, frequentemente relacionado a busca pela efetivação de reflexões acerca de contextos que compõem a dinâmica das cidades.

Nessa perspectiva, o debate sobre o planejamento na cidade de Teresina, subsidiado pelo levantamento dos Planos Urbanos elaborados em diferentes momentos, possibilitou a caracterização geral das realidades que compunham a cidade, juntamente com os indicativos das transformações vivenciadas. Permitindo ainda o reconhecimento de aspectos que caracterizavam as principais demandas que se impunham em cada período, contribuindo dessa forma para a construção de conhecimentos relacionados a dinâmica urbana e as especificidades de Teresina.

Ademais, a análise dos Planos revelou as contradições que envolvem o seu processo de elaboração, integrados por documentos que apresentaram levantamento detalhado dos elementos que integravam Teresina, composição de mapeamento e orientações para a integração com o município de Timon (MA). Mas também, a existência de Planos que não foram concluídos, indicando a existência de inaplicabilidade destes.

Entre as múltiplas possibilidades de recortes espaciais, sobressaiu-se a delimitação da área central, por constituir o núcleo inicial de instalação de Teresina, concentrando até a atualidade representações significativas das atividades que caracterizam a economia e os serviços na cidade, com ênfase para as administrativas e comerciais.

A busca pela abordagem da área central nos Planos Urbanos de Teresina, corroborou a relevância assumida por esse recorte, na medida em que foi possível verificar a existência de ênfase nos debates em todos os cinco planos analisados, sobressaindo-se a organização da Agenda 2015 que destinou um Grupo de Trabalho, orientado para a promoção de intervenções capazes de alterar os cenários negativos previstos para a área central.

Dessa forma, conclui-se que a área central de Teresina, apresenta relevância histórico-cultural, associada as atividades que integram a economia, funcionando ainda como área que concentra atividades.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Letícia F. G. M. **Da unha de gato ao florescer do caneleiro – análise do processo de elaboração da Agenda 21 local: Teresina Agenda 2015 – plano de desenvolvimento sustentável**. 2011.76f. Dissertação (Mestrado Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

CASTELO BRANCO. Pedro V. Desejos, tramas e impasses da modernização: Teresina 1900/1930. **Scientia et Spes**. Instituto Camilo Filho, Teresina, ano 1, n. 2, p. 295-314, 2002.

CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico - População**. 2010. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

LACERDA, Norma; MARINHO, Geraldo; BAHIA, Clara; QUEIROZ, Paulo e PECCHIO, Rubén. Planos diretores municipais: aspectos legais e conceituais. **Revista brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/135>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

LIMA, Iracilde M. de M. F. Teresina: urbanização e meio ambiente. **Scientia et Spes**. Instituto Camilo Filho, Teresina, ano 1, n. 2, p. 181-206, 2002.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MELO, Alcília A. de A. A revitalização do centro de Teresina. **Scientia et Spes**, Instituto Camilo Filho, Teresina, ano 1, n. 2, p. 35-48, 2002.

MONTE-MÓR, Roberto L. de M. Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. **Revista Etc, espaço, tempo e crítica**. v.1, n. 1(4), junho, p. 71-96, 2007. Disponível em: <[http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_1\\_4.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_1_4.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2012.

SOUZA, Marcelo L. de; RODRIGUES, Glaucio B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TERESINA. Lei nº 3.558, de 20 de outubro de 2006. Reinstituí o Plano Diretor de Teresina, denominado Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município**, Teresina, PI, 20 out. 2006. Disponível em: <[http://www.teresina.pi.gov.br/dom/doc\\_diario/DOM1124-1-27102006.pdf](http://www.teresina.pi.gov.br/dom/doc_diario/DOM1124-1-27102006.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado**, 1969.

\_\_\_\_\_. **Plano Estrutural de Teresina**, 1977.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**, 1983.

\_\_\_\_\_. **II Plano Estrutural de Teresina**, 1988.

TOURINHO, Andréa de O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; CARLOS, Ana F. A. **Geografia das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 227-299.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p.169-244.

\_\_\_\_\_. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

\_\_\_\_\_. **As ilusões do plano diretor**. São Paulo, p. 1-54, 2005. Disponível em: <[http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao\\_pd.pdf](http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

**Data de submissão:** 14.09.2014

**Data de aceite:** 15.02.2017

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.